

A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MATO GROSSO (1872-1927)

School education of young people and adults in Mato Grosso (1872-1927)

La escolarización de jóvenes y adultos en Mato Grosso (1872-1927)

Elizabeth Figueiredo de Sá*

Emerson José de Souza**

RESUMO: A educação de jovens e adultos, excluídos do ensino primário oferecido no período diurno, foi alvo de preocupação das províncias desde o Ato Adicional de 1834 que estabeleceu que o governo do império ficasse responsável pela organização do ensino superior e da educação elementar e secundária apenas no município da corte, cabendo as províncias organizarem o ensino elementar e secundário pelos seus respectivos governos. Desde então, muitas dessas províncias chegaram a instituir escolas noturnas no período, preocupando-se com a população adulta analfabeta. O presente artigo pretende revisitar o percurso da escolarização de jovens e adultos em Mato Grosso, utilizando, para isso, pesquisas já produzidas sobre a temática, relatórios de presidentes da província de Mato Grosso e de presidentes do Estado, relatórios da Diretoria da Instrução Pública, bem como os regulamentos da instrução pública primária. A delimitação temporal deve-se a promulgação do Ato Adicional em 1872, quando é criada a primeira escola noturna no Estado, até 1927, quando a modalidade da escola noturna é inserida no Regulamento da Instrução Pública promulgado nesse ano.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; história da educação; educação mato-grossense

ABSTRACT: The education of young people and adults, excluded from primary education offered during the day, concerned provinces since the Additional Act of 1834. It established the government of the empire would remain responsible for the organization of higher education and elementary and secondary education only county court, leaving the provinces to organize the elementary and secondary education by their respective governments. Since then, many of these provinces established night schools during the period, caring for the illiterate adult population. This article intends to revisit the route of school education of young people and adults in Mato Grosso, based on researches produced on the subject,

* Pós-Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Adjunta do Instituto de Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso. Contato: bethfsa@uol.com.br

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Mato Grosso. Contato: emerson@varzeagrande.mt.gov.br

reports of presidents of Mato Grosso and president of the State, reports of the Direction of Public Instruction, and the Regulations of the elementary public education. The delimitation of time due to the promulgation of the Additional Act in 1872, when it created the first night school in the state until 1927, when the mode of night school is inserted in the Regulation of Public Instruction issued this year.

Keywords: young people and adult education; history of education; education Mato Grosso.

RESUMEN: La educación de jóvenes y adultos, excluidos de la enseñanza primaria ofrecida en el período diurno, fue objeto de preocupación de las provincias desde el Acto Adicional de 1834 que estableció que el gobierno del imperio fuera responsable por la organización de la enseñanza superior y de la educación elemental y secundaria solamente en el municipio de la corte, compitiendo a las provincias organizar la enseñanza elemental y la enseñanza secundaria por sus respectivos gobiernos. Desde entonces, muchas de esas provincias llegaron a crear escuelas nocturnas, preocupándose con la población adulta analfabeta. El presente artículo pretende revisar el recorrido de la escolarización de jóvenes y adultos en Mato Grosso, utilizando para eso, pesquisas ya producidas acerca de la temática, informes de presidentes de la provincia de Mato Grosso y de presidentes del Estado, informes de la Dirección de la Instrucción Pública, así como los reglamentos de instrucción pública primaria. La delimitación temporal se debe a la promulgación del Acto Adicional en 1872, cuando es creada la primera escuela nocturna en el Estado, hasta 1927, cuando la modalidad de escuela nocturna es inserida en el Reglamento de la Instrucción Pública promulgada en ese año.

Palabras Clave: educación de jóvenes y adultos; historia de la educación; educación mato-grossense

INTRODUÇÃO

No período imperial, mais especificamente em 1834, através do Ato Adicional, estabeleceu-se que o governo do Império ficaria responsável pela organização do ensino superior e da educação elemental e secundária apenas no município da corte; cabendo as províncias organizarem o ensino elemental e secundário pelos seus respectivos governos o que, segundo Castanha (1999), “possibilitou aos dirigentes locais ampliarem seus poderes e, a partir destes, construir e difundir suas aspirações de sociedade”.

O autor aponta para uma importante discussão em torno da influência das medidas descentralizadoras desencadeadas pelo Ato Adicional, destacando os historiadores que se posicionam na defesa da idéia de que a descentralização ocasionou o fracasso geral da instrução elemental no período imperial e aqueles que apontam para uma organização da instrução

influenciada pela Província Fluminense. Castanha posiciona-se no segundo grupo, afirmando que:

De fato, a Província Fluminense cumpriu o papel de centro criador e difusor de um consistente projeto de sociedade e Estado, no qual a instrução pública cumpria um papel fundamental. No caso de Mato Grosso, as influências da Província Fluminense foram muito fortes, não só no campo educacional, mas também no que se refere à construção do poder da autoridade. (CASTANHA, 1999, p. 58).

Até o final do Império, é possível perceber um desenvolvimento bastante diversificado da instrução no que tange a comparação entre as províncias. Muitas delas chegaram a instituir escolas noturnas no período, preocupando-se assim com a população adulta analfabeta. De acordo com Beisiegel:

Encontram-se referências ao ensino de adolescentes e adultos esparsos ao longo de toda a legislação escolar do Império, das Províncias e, mais tarde, dos Estados. O projeto Ferreira França, já em 1830, propunha a criação de “escolas de artes” para todas as crianças acima de sete anos de idade e estendia as possibilidades de matrícula também aos maiores que desejassem frequentá-las. Após o Ato Adicional de 1834, na medida em que as Províncias ensaiavam a organização de seus “sistemas escolares” nos níveis primário e secundário, aparecem também em algumas delas, as primeiras iniciativas de educação elementar para adolescentes e adultos. (BEISIEGEL, 2004, p.71).

As Assembléias Provinciais tornam-se palco de acaloradas discussões sobre a política de instrução para adolescentes e adultos, enfocando os processos de inserção das chamadas camadas inferiores, envolvendo mulheres, homens livres pobres, negros livres. Quanto ao objetivo do processo de alfabetização, parece se acentuar nesse momento a concepção do analfabeto como ignorante e incapaz, concepção essa que ultrapassa os limites do Império, perdurando até boa parte do século XX.

De acordo com Soares e Galvão (2005), um importante momento da discussão do final do século XIX é o decreto nº 3029, de 09 de janeiro de 1881, que teve como redator final Rui Barbosa, e que ficou mais conhecido como Lei Saraiva, uma homenagem a José Antonio Saraiva, ministro do Império.

O referido decreto estabelece pela primeira vez restrições ao voto dos analfabetos. Isso insere novos elementos na discussão, pois até então, o direito ao voto estava ligado a questões de natureza econômica e social, mas

não especificamente ao grau de instrução do eleitor, o que colocava em dúvida a capacidade de discernimento do analfabeto. Conforme Cury:

O indivíduo, sujeito dos direitos civis, só se torna titular de direitos políticos se, *motu proprio*, buscasse escola pública estadual até mesmo para se alfabetizar e então usufruir o direito do voto. Nessa perspectiva, o direito do voto se convertia em direito para os alfabetizados e em atração para a escolarização primária. A extensão facultativa do voto aos analfabetos só se dará com a Constituição de 1988. (CURY, 2007, p. 573).

Assim, o analfabetismo começou a ganhar ares de vergonha nacional. A educação nesse sentido passou a ter objetivos claros; não na formação do ser humano, em sua inserção enquanto ser social provido de direitos, mas na inculcação de novas atitudes e valores como a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade, dando visibilidade a modernidade pretendida pelo Estado.

Uma reflexão mais profunda desse processo permite deduzir que o objetivo maior é a formação de indivíduos cumpridores de seus deveres, principalmente aqueles dispostos no discurso modernizador dos republicanos; indivíduos com a tarefa indeclinável de colaborar para com o Estado.

Durante a República Velha a educação continuou a cargo dos estados, que, através de seus governantes, incluíam a educação como propulsora das transformações impostas pelo novo modelo político.

Com a grande distância entre o discurso e as condições necessárias à sua aplicabilidade prática, não foram muitos os avanços nesse período e, assim, muitas experiências do final do Império acabaram abandonadas.

O presente artigo pretende revisitar o percurso da escolarização de jovens e adultos em Mato Grosso, utilizando, para isso, pesquisas já produzidas sobre a temática, relatórios de presidentes da província de Mato Grosso e de presidentes do Estado, relatórios da Diretoria da Instrução Pública, bem como os regulamentos da instrução pública primária.

A delimitação temporal deve-se a promulgação do Ato Adicional em 1872, quando é criada a primeira escola noturna no Estado, até 1927, quando a modalidade da escola noturna é inserida no Regulamento da Instrução Pública promulgado nesse ano.

A CRIAÇÃO DA ESCOLA NOTURNA EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, as primeiras iniciativas voltadas para a educação de jovens e adultos aconteceram durante o Império, amparadas pelo Ato Adicional que deu autonomia aos estados para a administração de sua respectiva educação, conforme citado anteriormente. Assim, segundo Siqueira e Sá:

Na Reforma Cardoso Júnior (1872) foi proposta a criação de um curso noturno na Paróquia da Sé, porém, a partir do estímulo e solicitação do inspetor geral do período, José Dinis Vilas Boas, e reforçada pelo seu sucessor, Pe. Ernesto Camilo Barreto resolveu-se pela criação, quase simultânea, de outro, instalado também na capital e localizado no distrito de São Gonçalo de Pedro II. (SIQUEIRA; SÁ, 1999, p. 145).

Mato Grosso, assim como outras províncias do Império, procurou implantar uma modalidade de educação voltada para a população adulta em um momento que o analfabetismo começava a ser discutido com mais veemência. O Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, discorrendo sobre os pontos básicos do Regulamento de 17 de setembro de 1872 e a situação geral da Instrução Pública de Mato Grosso, pontuou a criação do curso noturno estabelecendo as matérias e os regentes para as respectivas cadeiras:

[...] onde se leccione as seguintes materias: Grammatica portugueza, Latim, Francez, Arithmetica, Algebra, Geographia e História. E para reger a primeira cadeira nomêa ao Conego Cura, João Leocádio da Rocha, para reger a segunda ao Conego José Joaquim dos Santos Ferreira, para reger a terceira, ao professor Joaquim José Rodrigues Calhão, para reger a quinta ao cidadão João Emiliano Peixoto do Amarante e para reger a sexta ao Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. (CARDOSO JÚNIOR, 1872. p.61).

Destaca-se em seu relato o entusiasmo com o referido curso, deixando transparecer a apropriação dos ideários que circulavam pelas províncias, que colocavam a preocupação com a instrução pública, como referência de governos bem sucedidos; bem como conclamavam os responsáveis pela instrução a assumirem as novas idéias:

[...] Espera o Presidente da Província que os Cidadãos nomeados comprehendendo o elevado alcance de uma idéa hoje tão generalizada e abraçada em todos os paizes em que a instrucção da mocidade preocupa a attenção dos poderes publicos e dos espiritos sinceramente devotados ao bem da humanidade, acceitarão o importante encargo, a nobre tarefa que lhes é confiada, prestando-se gratuitamente e generosamente ao estabelecimento do curso nocturno, até que o corpo legislativo em sua próxima sessão tome na devida consideração o pensamento que fica consignado, e que é de suppor não será utopia nesta parte do Imperio. (CARDOSO JÚNIOR, 1872, p. 61).

Na mesma oportunidade, o Presidente da Província afirmou ter encaminhado um ofício a diversas pessoas, que embora não citadas nos permite deduzir, serem pessoas influentes, capazes de contribuir com tal empre-

endimento; conclamando-as a colaborarem com essa iniciativa, reafirmando a necessidade de participação de todos para que o curso tenha resultados positivos:

Encarecidamente peço a sua valiosíssima cooperação para o bom resultado de uma tentativa que, bem compreendida, muito aproveitará ao desenvolvimento moral desta Província. Facilitar por todos os modos possíveis a instrução da mocidade é uma das grandes, é uma das mais instantes, das mais urgentes necessidades desta Província. V. S. compreende isto perfeitamente e pela parte que lhe toca, estou convencido, não deixará de contribuir para o fim único que levo em mira no passo que venho a dar. Ainda uma vez, para o curso nocturno invoco a coadjuvação de V. S. É em nome da geração que se prepara para o futuro, é em nome do progresso, e em nome da felicidade desta Província, que lhe faço semelhante pedido. (CARDOSO JÚNIOR, 1872, p. 63).

Apesar da grande vontade do governo de implantar um curso nocturno, as tentativas de sua instalação não foram bem sucedidas, o que levou o governo a reavaliar as conseqüências de sua falência. O Inspetor Geral dos Estudos, Cônego João Leocádio da Rocha, em seu relatório enviado ao Presidente da Província, aponta a falta de freqüência dos alunos, como principal fator:

Forão creados nesta Capital e na freguesia de Pedro 2º, por essa Presidencia, Cursos Nocturnos, composto cada um d'elles das cadeiras constantes do quadro numero quatro. O da Capital foi installado na noite de 12 de outubro do anno passado, e o da freguesia de Pedro 2º pouco tempo depois. Uma instituição desta ordem, hoje adoptada quasi universalmente, e que tantas vantagens poderia trazer, se fosse bem comprehendida e devidamente abraçada pelo povo, não produziu o resultado, que era de se esperar.[...] Estes alumnos, que, sem receio de errar, pode-se dizer que o freqüentarão mais por novidade do que levados por um sincero desejo de se instruir foram diariamente decrescendo em numero, e hoje já nenhum se apresenta. A cadeira de frances chegou a contar cerca de 12 alumnos, achando-se hoje sem um se quer. As demais cadeiras nunca chegarão a funcionar por não apparecer alumno algum. (ROCHA, 1873).

No mesmo ano, o Presidente da Província, José de Miranda Reis, expressa à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 3 de maio, sua indignação com as dificuldades enfrentadas pelo curso nocturno:

Sinto profundamente ter de annunciar-vos que tão útil instituição não calou ainda no espirito da nossa população. A brilhante iniciativa que teve não corresponde certamente hoje o abandono em que a vimos. A iniciativa do Governo grandemente auxiliada pelos esforços de muitos cidadãos teria

sido improfícua? Certamente que não. É sempre depois das mais renhidas lutas e dos mais encarniçados combates que se alcançam as mais estrondosas victórias; é apoz muito trabalhar que se consegue realizar as idéas as mais proveitosas: a semente foi lançada sobre a terra, há de medrar forçosamente; assim confiemos nós a regá-la com os nossos esforços. Somente é ainda hoje freqüentado por seis alumnos o curso de grammatica portugueza da freguesia de Pedro II; é quanto basta para trazer sempre presente à memória do povo esta idéa em seo próprio proveito realizado. A verba decretada para gratificação dos professores do curso nocturno ficou intacta; nenhum dos professores a reclamou; este factu falla bem alto em elogio daquelle que sem mira no interesse, se prestão a diffundir as suas luzes intellectuaes pelos seos concidadãos! Esta tão útil quam proveitosa instituição é quasi exclusivamente destinada aos adultos que vivem à custa do seo trabalho manual durante o dia. E durante as horas da noite que elles podem entregar-se ao estudo sem sacrificio do seo indispensável trabalho. São muito poucos os homens que n'estas penosas circunstâncias, se querem dedicar ao estudo das línguas estrangeiras e das sciencias; portanto, julgo menos necessárias, por em quanto, as cadeiras creadas de Latim, Francez, Geographia e Historia annexas a estes cursos; e a experiencia de seis mezes tem mostrado que absolutamente ninguém as tem procurado. Sou de parecer que devemos por ora, em relação a estes cursos, nos limitar à sustentação das cadeiras de grammatica da língua portugueza e a criação de aulas de primeiras letras, cujo conhecimento mais particularmente importa a esta classe de homens. A verba votada para gratificação dos professores d'aquellas diversas cadeiras seria mais utilmente empregada em remunerar os serviços de professores dos cursos nocturnos de primeiras letras e de grammatica da língua portugueza das duas freguezias da Capital e na aquisição de livros e mais utensís necessários para aquelles alumnos que não pudessem economizar do productu do seo trabalho a quantia precisa para dele se munirem. (REIS, 1873, p. 17)

Em seu discurso Miranda Reis deixa transparecer alguns elementos importantes para a compreensão dos objetivos do curso noturno. Primeiramente a quem ele se destina: a uma classe de homens que vivem de seus trabalhos manuais, provavelmente pobres, que prestavam serviços na Cidade. Outro ponto que se destaca é o pouco interesse aos estudos das línguas estrangeiras e das ciências, que na opinião do governante é justificável por tratar-se de homens nessa realidade social.

Pretendendo não abandonar totalmente a intenção de funcionamento dessa modalidade escolar, a idéia defendida pelo presidente da Província era de reduzir o currículo do curso noturno, limitando-se ao ensino das primeiras letras e da gramática, voltando-se especificamente para a alfabe-

tização dos adultos, ou seja, deixa transparecer em seu discurso que para essa “classe de homens”, esse conhecimento já é o suficiente.

Mesmo com tal proposição, a iniciativa do governo mais uma vez não encontrou respaldo da população, talvez porque a escola noturna pensada pela elite satisfazia os desejos e necessidades dessa camada social e não da população que iria frequentar tal instituição. Assim, não era o caso de reduzir o currículo, mas de repensar o modelo escolar instituído.

Na sociedade mato-grossense daquele momento, a fragilidade da instrução demonstrava que nem mesmo as crianças eram encaminhadas para a escola, e a resistência dos adultos em perceberem algum valor nessa instituição reflete as configurações do espaço social vigente.

Por isso, a discussão em torno da obrigatoriedade da instrução tornou-se uma constante no final do regime imperial nos relatórios apresentados tanto pelos diretores da Instrução Pública como pelos presidentes da Província, assim como é comum encontrar referências a educação da população adulta.

Outra iniciativa importante a se destacar nesse período concernente a educação de adultos foi tomada em 1887, quando o Presidente da Província decidiu instalar uma escola para instrução primária dos presos da cadeia pública. Em seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa o Presidente, José Joaquim Ramos Ferreira, expressa:

Disse-nos que a instrução primária está senão em decadência ao menos estacionária, e vou apresentar-vos dados estatísticos que disso vos convencerão; antes, porém de fazê-lo seja-me permitido lembrar-vos a criação de uma cadeia de instrução primária na cadeia desta capital. Os condenados ahí jazem sem instrução e trabalho, entregues à ociosidade, e planejando quiçá novos crimes. A instrução modificará seus instintos, e é possível que quando tenham de voltar para a sociedade que as repeliu, possam ainda ser membros úteis dela. Creio que por um módico ordenado se encontrará professor que diariamente vá dar instrução aos presos, e portanto a realização desta idéia, cujas vantagens são intuitivas, pouco poderá custar à província. (FERREIRA, 1887, p. 47).

A iniciativa insere-se dentro dos ideários que formarão a base do discurso republicano alguns anos mais tarde, destacando o combate a ociosidade, a inserção das camadas pobres da população no universo letrado, não como um meio para a superação da condição social do indivíduo, mas como um mecanismo de controle da sociedade.

Além das iniciativas do governo da Província, o Exército também oferecia escolas para as suas praças desde meados do século XIX, chamadas

Escolas Regimentais, citadas em Mato Grosso por Dormevil dos Santos Malhado, Diretor Geral da Instrução Pública:

Alem das escolas subvencionadas pela provincia existem mais nesta Capital subvencionadas pelo Governo Geral: Na freguesia da Sé a escola regimental do Batalhão 21.º de Infantaria e na de Pedro 2º a escola dos menores artífices do Arsenal de Guerra e a do 8.º Batalhão de Infantaria. Devem existir nos mais corpos estacionados na provincia outras escolas regimentaes, mas deixo de mencioná-las por não ter d'ellas conhecimento. (MALHADO, 1880).

Em 1887, através de seu relatório, o Presidente Joaquim Ramos Ferreira informa a abertura de uma escola noturna em Corumbá destinada a oferecer a instrução primária aos adultos analfabetos daquela região.

No dia 25 de março próximo passado, os Srs. 2º Tenentes Lindolpho Silva, Antônio Gomes Soares, Raymundo Frederico por Deus, Arthur da Silva Ferreira e Capitão José Zenóbio de Deus e Costa, inauguraram um curso público nocturno em uma das salas da Camara Municipal, o qual tem funcionado regularmente.

Acha-se conservado para dirigi-lo o Dr. Luís da Costa Ribeiro e interinamente o dirige o Tenente Lindolpho.

Estão matriculados 14 alumnos:

- em Portuguez, 13
- em Arithmética, 14
- em Francez, 6
- em Geographia, 10

Todos estes professores são officiais do 2º Batalhão de Artilharia a pé; e são dignos de todo louvor pelo seu amor e dedicação ao bem público. (FERREIRA, 1887, p. 50).

Destaca-se neste fato não só a abertura da escola em si, mas a participação dos militares na instrução, que além da oferta nos batalhões através das escolas regimentais, participavam da educação dos civis, deixando transparecer o ideário militar concernente a instrução.

Em 1889, Dormevil José dos Santos Malhado, ainda no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, através de seu relatório reafirma a existência das escolas regimentais subvencionadas pelos cofres dos batalhões, sendo a do 8º Batalhão de Infantaria, 21º Batalhão de Infantaria e a do 3º Regimento de Artilharia a Cavallo, com 52 alunos.

De acordo com Alves (2002), por suas características particulares no Império brasileiro, o exército atuou numa aliança entre ensino e assistência, tomando a si a tarefa de controle social de camadas sociais que, colocadas à margem da riqueza produzida por aquela sociedade, organizada e comandada pelos grandes proprietários rurais, apresentavam-se como perigos potenciais à ordem. Ao mesmo tempo, porém, em que se subme-

tiam tais camadas a um controle estrito de seu comportamento, ofereciam um bem social de acesso restrito a sociedade brasileira do final do século XIX, a educação. Contraditoriamente, abria uma brecha de democratização e oportunidade de ascensão numa sociedade altamente hierarquizada.

A partir de 13 de maio de 1888, com a abolição decretada pela Lei Áurea, outra preocupação se acrescentava ao debate sobre a instrução a população adulta em Mato Grosso, pois os ex-escravos, tornando-se homens livres, também entravam no rol daqueles a serem conduzidos ao espaço escolar.

A REPÚBLICA E OS INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Em Mato Grosso, as primeiras décadas do período republicano foram marcadas por intensas disputas políticas, envolvendo coronéis que reuniam suas forças, formando oligarquias que se digladiavam em constantes contendas.

A disputa pelo poder político, através de lutas armadas persistiu durante todo o período da Primeira República, ocasionando a morte de trabalhadores no campo e nas cidades, saques, abandono de terras, entre outros. Além disso, com a arrecadação dos cofres públicos insuficiente para cobrir os gastos previstos e extras assumidos com a mobilização de tropas para a defesa dos interesses do estado e, a dívida ativa do estado foi aumentando ano após ano. Mas, mesmo assim, o investimento na educação manteve-se estável, apresentando em 1930 a proposição de acréscimo para 15% da despesa total orçada. (SÁ; SÁ, no prelo).

Porém, é possível perceber que os investimentos foram despendidos com o ensino primário, através da criação dos grupos escolares, e com a formação de professores, através da Escola Normal. Em relação à educação de jovens e adultos, é possível perceber referências esparsas a respeito da alfabetização de adultos. Alguns documentos evidenciam que durante a Primeira República houve tentativas de implantar novamente essa modalidade de educação voltada para os adultos; até mesmo porque, o discurso em torno da alfabetização da população é uma constante nesse período.

Um exemplo das tentativas de Mato Grosso em implantar um curso noturno é o comunicado de abertura de uma escola noturna particular, citada nas páginas do jornal *A Cruz* de 1919. No entanto, não há evidências de que essa escola tenha funcionado regularmente.

Também não podemos deixar de levar em consideração as iniciativas particulares, nem sempre registradas pelos órgãos públicos, que parecem ser

bastante ricos nesse momento. Em uma entrevista, a professora Maria Benedita Deschamps Rodrigues afirma:

Sempre gostei de trabalhar, de ter meu dinheiro. Enquanto estudava, dava aulas particulares aos soldados analfabetos que vinham do nordeste, sem conhecer uma letra. O quartel era em frente à casa de meu pai, de modo que os alunos apenas atravessavam a rua para assistir as aulas. Lecionava, sentada no chão, onde colocava uma esteira e o quadro-negro. A aula era das 6 às 7h30, e o interesse dos alunos, enorme. Houve um deles, que aprendeu a ler em apenas vinte dias. Nesse tempo, eu tinha de quinze para dezesseis anos. (ROSA, 1990, p.218)

Dunga Rodrigues, como era conhecida, nasceu em Cuiabá em 1908, o que implica dizer, que se lecionava com quinze anos, esse fato ocorreu por volta de 1923, portanto durante a Primeira República.

Destacam-se também no período, as escolas do Exército, que funcionavam desde o século XIX, para a instrução das praças analfabetas. No Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública, Cesário Alves Corrêa, pelo Diretor do Grupo Escolar Senador Azeredo, relativo ao ano de 1921, consta:

Cuiabá, 30 de dezembro de 1921

Escola Regimental do 16o Batalhão de Caçadores
Esteve funcionando em uma das salas deste Grupo Escolar, desde 30 de setembro até 10 de dezembro, época em que começaram as férias regulamentares, a escola de analfabetos do 16o B/C. Num total de 44, alunos, tendo eu sido designado pelo Governo do Estado para dirigir esta escola. (CORRÊA, 1921).

As Escolas Regimentais do Exército nem sempre constam nos relatórios da Instrução Pública e nem nos Relatórios de governo por serem subvencionadas pelo próprio batalhão, e pelo governo central, daí a dificuldade em conseguir mais informações sobre elas nesse tipo de documento oficial.

No período republicano, as escolas regimentais passam a ser de responsabilidade da Polícia Militar. De acordo com o decreto nº 10198, de 30 de abril de 1913, onde o Presidente da República, Hermes da Fonseca, aprova o regulamento dos Institutos Militares de Ensino e institui as Escolas Regimentais; tais instituições têm por finalidade ministrar o ensino das primeiras letras as praças analfabetas. Segundo Beisiegel (2004), as Escolas Regimentais “apareciam também como um esforço de imposição da instrução primária a indivíduos que eventualmente ainda não a procuravam”.

A reforma do Regulamento da Instrução Pública, promulgado em 1927, trata em um de seus artigos sobre o funcionamento de escolas notur-

nas. De acordo com esse Regulamento, as escolas foram divididas em isoladas, rurais, noturnas, reunidas e grupos escolares. No entanto, os relatórios dos diretores da instrução pública e mesmo os relatórios de governo não dão indícios dessa modalidade ter sido implantada, pelo governo do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo levou-nos a perceber a preocupação dos governantes em alfabetizar a população adulta em Mato Grosso no período imperial, através da implantação das escolas noturnas. No entanto, segundo seus idealizadores, as escolas noturnas não surtiram o efeito desejado, sendo os jovens e adultos considerados avessos à escolarização.

Essa resistência à escola nos leva a questionar se eram os jovens e adultos realmente avessos ao estudo, ou esse modelo escolar, incluindo sua organização curricular, atendia aos anseios e necessidades dessa clientela.

Surpreendentemente, no período republicano escassas foram as iniciativas voltadas para o ensino de jovens e adultos. Porém, as iniciativas mais contundentes foram as de particulares e a da Polícia Militar, através das escolas regimentais.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. M. C. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BEISIEGEL, C. R. *Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos*. Brasília: Líber, 2004.

CARDOZO JÚNIOR, F. J. *Mensagem dirigida Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso*, 1872.

CASTANHA, A. P. *Pedagogia da Moralidade: o estado e a organização da Instrução Pública na província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto de Educação / UFMT, 1999. (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, C. A. *Relatório do Diretor da Instrução Pública apresentado à Presidência do Estado*, 1921.

CURY, C.R.J. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.567-584.

FERREIRA, J. J. R. *Mensagem dirigida Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso*, 1887.

MALHADO, D. J. dos S. *Relatório* do Diretor da Instrução Pública apresentado à Presidência da Província, 1880.

REIS, J. M. *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa, 1873.

ROCHA, J. L. da. *Relatório* do Inspetor Geral dos Estudos encaminhado à Presidência da Província, 1873.

ROSA, M. da G. S. *Memória da Cultura e Educação em Mato Grosso do Sul: Histórias de Vida*. Campo Grande: UFMS, 1990.

SÁ, E. F. de; SÁ, N. P. A escola Pública Primária Mato-grossense no período republicano (1900-1930). In: SÁ, E. F.; SÁ, N. P. *Revisitando a História da Escola Primária: Os Grupos Escolares em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá: EdUFMT, 2011

SIQUEIRA, E. M.; SÁ, N. P. Desvendando um projeto educacional no Império (o caso de Mato Grosso). *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: EdUFMT, v.8,n.14,p.128-144, 1999.